



Anais da Assembléia

Nº 148

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 147ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1980

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, Del Ciel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nestor Baptista, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielso Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Werner Wanderer (38); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Tércio Albuquerque, Lineu Turra, Tadeu Lúcio Machado, Aguinaldo Pereira Lima, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Cheriegate, Deni Schwartz, Gilberto Agibert Filho, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Nilton Friedrich, Nilso Sguarezi, Palácios, Romero Filho, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Wilson Fortes (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede a leitura da ata das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE

Telegrama:

NOS SEGUINTE TERMOS:

"A CAMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA VG POR SUA MAIORIA VG PEDE SE Digne VOSSENCIA APOIAR PROMOÇÃO DEPUTADOS DAROS QUE PROMOVE ALTERAÇÃO NA LEI ORGANICA NO SENTIDO DE DAR POSSIBILIDADE AOS PRESIDENTES DE CAMARA VG DIREITO SUA RELEIÇÃO NO PROXIMO BIENIO PT.

AGRADECEM SUA PARTICIPAÇÃO VG ATENCIO-SAMENTE

LUCIANO ANDRADE"

— Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 130/80, que modofica a Lei Orgânica dos Municípios.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO LUCZYSZYN, ocorrido em data de ontem, no Município de Araucária.

Outrossim, requer, aprovado o presente, seja dado conhecimento da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Sr. João Luczyszyn, à Rua Major Cezino, 235, Araucária.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1980.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo às formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de voto de solidariedade às Associações Culturais Dante Alighieri e Anita Garibaldi, bem como a toda a colônia italiana radicada em Curitiba e no Estado do Paraná, face à catástrofe que abalou a Itália, fazendo milhares de vítimas fatais.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1980.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que nesta 'dolorosa missão, devemos emprestar nosso apoio e solidariedade ao povo italiano em geral, às colônias existentes em nosso Estado e no País, pois também são vítimas direta ou mesmo indiretamente, tendo familiares seus atingidos pela catástrofe que ceifou milhares de vidas inocentes. E mais uma vez, computar-lhes nesta ocasião, o nosso reconhecimento na inegável contribuição junto ao processo de desenvolvimento de nossa Pátria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, na forma regimental, propõe a consignação de um voto de regozijo ao professor e escritor, ilustre, Waldyr Jansen de Mello, pelo importante lançamento da obra História do Brasil, em quatro volumes, Waldyr Jansen de Mello há 35 anos é escritor dos mais brilhantes e a sua mais recente produção presta uma homenagem ao Paraná e à cultura nacional.

O ato de lançamento contou com o prestigiamento de inúmeras autoridades, jornalistas, intelectuais, políticos, estudantes e, particularmente, com a honrosa participação do Prof. Pedro Calmon, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras. Coube ao Prof. Pedro Calmon a tarefa de apresentar a obra mais recente da produção literária do Prof. Waldyr Jansen de Mello.

Da decisão plenária, requeiro sejam cientificados o autor, o Prof. Pedro Calmon e o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Prof. Ocyron Cunha.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1980.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, voto de regozijo pela passagem do "Dia do Pastor", ocorrido no

dia 26 transato. Reconhecendo-se nele, por orientação de Deus todo poderoso; a sublime responsabilidade de guiar e orientar a humanidade a um viver condigno.

Requer, outrossim, que após aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão ao Arcebispado de Curitiba e Associação dos Pastores e Obreiros Evangélicos de Curitiba.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.980

a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de regozijo pela passagem do 26.º aniversário de Emancipação Política de Engenheiro Beltrão.

Requer, outrossim, que do presente seja dado conhecimento ao Sr. Prefeito Municipal — Sidney Polato e ao Presidente da Câmara Municipal — Antônio Rossi.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.980

a) Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

Formulamos tal pedido em função de que o jovem Município de Engenheiro Beltrão, com a pujança de seu potencial agrícola, em função da bravura de seu heroico povo, neste curto espaço de autonomia política, 26 anos, muito contribuiu para o progresso de nosso Estado.

Hoje, Engenheiro Beltrão, situado no Eixo Campo Mourão—Maringá, ao longo da BR-369, com sua vasta extensão de 441,78 Km² onde vivem e trabalham seus 37.397 habitantes produz grande parte da riqueza agrícola da região. Possui uma vasta e bem equipada rede escolar onde se preparam para o futuro, seguramente 6.000 jovens. Seus 10.230 eleitores fazem do município um recanto promissor e bem estruturado politicamente.

Por tudo isto, justifica-se nosso regozijo em poder representar nesta Casa, esse povo honrado e trabalhador.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

As recentes medidas adotadas pelo Governo Federal, sobretudo a liberação das taxas de juros para financiamentos ao consumidor, apresentam, como tendência do mercado e manifesta vontade dos inspiradores da política econômica governamental, a retração dos negócios do comércio.

Esta situação, certamente, trará aos comerciantes algumas conseqüências negativas, pois muitos deles já estavam com os seus estoques de fim de ano prontos para as festas de Natal, mesmo que, com dificuldades pela ausência de capital de giro.

Nos últimos anos, sem ser regra escrita, mas um costume consagrado pelo uso, o Governo do Estado tem concedido dilação de prazo para recolhimento do ICM devido em dezembro.

Quebrado no ano passado, esse costume, agora, tem fundadas razões para ser colocado em prática, visto que a atual situação do mercado e os estímulos governamentais visando a diminuição do consumo, repercutirão, sobretudo, no comércio, forte contribuinte do ICM em nosso Estado.

O objetivo do presente requerimento é o encaminhamento ao Secretário Edson Guimarães das Finanças, de apelo para a adoção de providências administrativas concedendo dilação de prazo para o recolhimento do ICM do comércio referente ao mês de dezembro e é movido pela preocupação das entidades representativas da vontade dos Srs. comerciantes. É apresentado na forma regimental.

Da decisão plenária, solicito, sejam cientificadas as seguintes entidades: Associação Comercial do Paraná, Federa-

ção do Comércio Varejista do Estado do Paraná, Federação do Comércio do Paraná e o Clube de Diretores Lojistas de Curitiba — C.D.L.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.980

a) Ailton Cordeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de solidariedade aos caminhoneiros de Mal. Cândido Rondon, Santa Helena e Palotina, que iniciam movimento paredista em data de hoje, concentrando-se no Municípios de Guaíra.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.980

a) Gernote Kirinus.

JUSTIFICATIVA:

Inicialmente o movimento paredista a iniciar-se na tarde de hoje, concentrar-se-á no Município de Guaíra, contando com camioneiros dos municípios de Mal. Cândido Rondon, Palotina e Santa Helena.

Justificam os camioneiros o baixo preço pago pelo frete-transporte de trigo na rota Mal. Cândido Rondon/Guaíra, e solicitam junto à transportadora responsável bem como aos órgãos competentes, aumento, para que possam fazer frente às despesas advindas com tal transporte, principalmente devido também ao alto custo de vida e de manutenção de seus próprios veículos.

A classe admite, inclusive, diálogo para que se chegue a um denominador comum, já que a situação atual lhes é totalmente adversa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Chefe do Poder Executivo consubstanciado em apelo no sentido de ser concedida uma pensão mensal à Sra. Elsa Almeida de Carvalho, viúva do ex-Servidor Público Jovino Pereira de Carvalho, nos termos e justificativa apresentando no Projeto de Lei n.º 144/80 de autoria do ex-Deputado David Federmann.

Requerendo outrossim, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 144/80.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1.980.

a) Deni Schwartz.

APOIAMENTO:

Paulo Camargo, Fidelcino Tolentino, Adalberto Daros, Werner Wanderer, Ailton Cordeiro, Ezequias Losso e José Tavares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. ELISEU RESENDE, digníssimo Ministro dos Transportes, contendo a reportagem em anexo, publicada no Jornal "FOLHA DE LONDRINA", em data de 25 do corrente mês, que mostra a crítica situação em que se encontra hoje a BR-376, "RODOVIA DO CAFÉ", que diariamente põe em risco a vida daqueles que por ali trafegam com seus veículos.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.980

a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

O preço da gasolina e algumas alternativas fizeram dimi-

nir o tráfego, que hoje são de 2.030 a 2.510 veículos diários no trecho entre Apucarana e Ponta Grossa, na RODOVIA DO CAFÉ, mas os acidentes no trecho crítico de 132 quilômetros, que vai de Jandaia do Sul a Ortigueira, estão aumentando: em menos de 11 meses, neste ano, são 277 acidentes, com 47 vítimas fatais e 154 feridos, superando os números do ano de 1.979, e que haviam sido inferiores aos do ano de 1.978.

Falhas humanas à parte, há afirmações de que a própria "engenharia chama os acidentes", nas curvas fechadas da Serra do Cadeado, como parte do conjunto de peculiaridades do trecho, de acostamentos impraticáveis e sujeitos à neblina que torna a pista impraticável e escorregadia, reduzindo a visibilidade.

É onde o motorista deve confiar mais nas placas de sinalização e advertência, para não entrar num desafio de morte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições legais, REQUER, depois de ouvida a Casa, o encaminhamento à Secretaria de Segurança Pública do pedido para instalação na sede do Distrito de Guarituba, Município de Colombo, de um Posto Policial, com pessoal, com veículos apropriados.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.980

a) Romero Filho.

JUSTIFICATIVA:

É uma função do poder público a manutenção da ordem e da segurança da comunidade a que serve.

O Distrito de Guarituba se acha totalmente abandonado pelas autoridades, e esse fato está originando crescente onda de roubos e assaltos, o que ocasiona pânico entre a população.

Em razão disso, estamos endereçando pedido à Secretaria de Segurança Pública para que seja instalado um posto policial naquela localidade, para prevenir e para reprimir o crime, devendo dispor, para esse fim, de pessoal e de veículos apropriados. A solicitação é justa, e perfeitamente constitucional, razão por que esperamos a sua aprovação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições, REQUER, depois de ouvida a Casa, o encaminhamento à direção da TELEPAR do pedido de instalação de um Posto Telefônico na sede do Distrito de Guarituba, Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.980

a) Romero Filho.

JUSTIFICATIVA:

Revelou-se o século XX como o da expansão das comunicações, pelo aperfeiçoamento tecnológico de todos os serviços do ramo.

O nosso Estado muito se beneficiou com esse progresso, ao introduzir o sistema DDD e o sistema DDI no serviço Telefônico.

Quase todos os nossos municípios se acham interligados pelo DDD, o que facilita as comunicações.

Em sendo assim, não se justifica, portanto, que permaneça ainda isolado de tudo um núcleo populacional progressista, como o é a Vila de Guarituba, no Município de Colombo.

Atendendo aos justos reclamos da população daquela localidade, estamos requerendo a instalação, na mesma, de um Posto Telefônico, dentro do plano de realizações da TELEPAR. Estamos informados de que a TELEPAR está aproxi-

mando os distritos por via Telefônica. E Guarituba precisa ser igualmente contemplado. A importância e a oportunidade deste pedido saltam aos olhos de quem quer que seja.

Como se enquadra nos dispositivos constitucionais, terá, por certo, o apoio da Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Sr. PAULO YOKOTA, MD. Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, solicitando a diminuição do percentual de elevação do Imposto Territorial Rural.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.980

a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

A recente elevação de tributos relativos à propriedade rural subiu em muitos casos a percentagem superior a 2.000% (dois mil por cento) o que constitui uma violência às finanças do pequeno proprietário, afetando também o médio e o grande.

Esta política adotada pelo Instituto, conflita flagrantemente com a realidade nacional, criando obstáculos muitas vezes intransponíveis para os investimentos com recursos próprios no setor. Além disso, não se compreende que o governo manifeste reiterando esforço e convoque toda a população para controlar a excessiva taxa inflacionária, ao mesmo tempo que permite seus organismos elevarem os tributos a percentuais impeditivos e extremamente abusivos como ocorreu com o I.T.R.

Nestas condições, milhares de agricultores através de sindicatos e cooperativas vêm manifestando apelo e protesto no sentido de diminuir o valor dessa tributação, porque as frustrações de safras, o custo operacional e o preço dos produtos aviltam a dignidade do próprio trabalhador rural o qual já vem sofrendo constantes limitações no seu patrimônio, causando sérios prejuízos para a própria auto-suficiência nacional em alimentos.

Nota-se por exemplo, o fenômeno do êxodo rural causado por diferentes fatores, entre os quais se inclui a tributação excessiva.

Em razão do exposto, é oportuno que esse instituto faça uma revisão para que os agricultores não venham a ser, aos poucos, oprimidos a deixarem o seu "habitat" natural, que é o trabalho camponês.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 71/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Art. 1.º — O Art. 39 e seu parágrafo, do Regimento Interno, passam a ter a redação seguinte:

"Art. 39 — As Comissões Permanentes são nove:

I — Comissão Executiva;

II — Comissão de Constituição e Justiça;

III — Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Tomada de Contas;

IV — Comissão de Agricultura, Terras, Ecologia e Meio Ambiente;

V — Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

VI — Comissão de Saúde e Bem-Estar Social e de Recursos Humanos e de Segurança Pública;

VII — Comissão de Indústria e Comércio, Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

VIII — Comissão de Redação.

Parágrafo Único — As Comissões Permanentes compõem-se de sete (07) membros cada uma, salvo a Executiva, que será constituída pelo Presidente, 1.º e 2.º Secretários da Mesa, e a de Constituição e Justiça, que terá treze (13) membros.

Art. 2.º — O Art. 49, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 49 — À Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Tomada de Contas compete opinar sobre:

- a) toda matéria orçamentária, especialmente as propostas de orçamento anual e plurianual remetidas pelo Governador;
- b) matéria tributária;
- c) empréstimos públicos;
- d) quanto ao aspecto financeiro sobre todas as proposições, inclusive aquelas de competência de outras comissões;
- e) sobre a fixação da remuneração dos Deputados, Governador e vice-Governador;
- f) fiscalização financeira do Poder Executivo, inclusive da administração direta;
- g) opinar sobre os atos do Tribunal de Contas, suas representações e solicitações, em caso de contrato, relativas à sustação da execução de atos impugnados, bem como autorização para registro de aposentadorias, reformas ou pensões no mesmo Tribunal;

h) as contas prestadas pelo Governador, após parecer do Tribunal de Contas, bem como sobre o relatório do exercício financeiro encerrado, elaborado no caso de não haverem sido organizados no prazo constitucional;

Art. 3.º — O Art. 50, do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 50 — À Comissão de Agricultura, Terras, Ecologia e Meio-Ambiente compete opinar sobre:

- a) todos os assuntos respeitantes às atividades agrícolas, pecuárias etc.;
- b) diretrizes da política fundiária, aproveitamento e colonização de terras devolutas, recuperação e utilização das terras inaproveitadas;
- c) assuntos relacionados com a manutenção da ecologia e preservação do meio-ambiente.

Art. 4.º — O Art. 51, do Regimento Interno, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 51 — À Comissão de Educação, Instrução Pública, Cultura e Esportes e Turismo, compete opinar sobre:

- a) assuntos concernentes à instrução pública, particular, educacionais, culturais e esportivos;
- b) matéria que diga respeito a turismo, atribuição de incentivos de qualquer natureza e concessão de serviços públicos referentes à exploração turística.

Art. 5.º — O Art. 52, do Regimento Interno, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 52 — À Comissão de Saúde e Bem-Estar Social e de Recursos Humanos e de Segurança Pública compete opinar sobre:

- a) todos os assuntos de saúde pública, higiene e assistência sanitária e bem-estar social;
- b) todos os assuntos relacionados com as atividades de administração de pessoal, obtenção, manutenção e desenvolvimento de recursos humanos para a administração direta e autárquica;
- c) todos os assuntos referentes à Polícia Militar, à Polícia Civil, assim como sobre todas as questões que interessem à ordem e segurança pública.

Art. 6.º — O Art. 53, do Regimento Interno, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 53 — À Comissão de Indústria e Comércio, Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete

opinar sobre:

- a) assuntos relativos ao desenvolvimento econômico, comercial e industrial, concessão de incentivos;
- b) questões relativas às obras e viação públicas e a concessão de construção, uso e gozo das mesmas.

Art. 7.º — O Art. 54, do Regimento Interno, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 54 — À Comissão de Redação compete elaborar a redação final dos Projetos e Emendas, não atribuídas por este Regimento a outras Comissões Técnicas.

Art. 8.º — Ficam revogados os artigos 55, 56 e 57, do Regimento Interno e as Resoluções n.ºs 13/68, 21/75, 49/76, 109/79, 120/79 e 167/79 e demais disposições em contrário.

Art. 9.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.980

a) Basílio Zanusso

APOIAMENTO:

Antônio Facci, Tadeu Lúcio Machado, Aguinaldo Pereira Lima e Gabriel Sampaio.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Início fazendo uma referência às presenças honrosas nesta Casa do Professor Alcides Munhoz Neto, Dr. Mauro Maranhão que integram uma das chapas que concorrem à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em eleições que realizar-se-ão neste Estado, na data de amanhã.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Através da Emenda Constitucional n.º 15, a Mesa da Câmara dos Deputados promulgou, no dia 21 de novembro, em Diário Oficial, a volta das eleições diretas para os Governos Estaduais e Senado Federal, acabando com a figura expúria do Senador biônico, e devolvendo ao mesmo tempo, ao povo brasileiro, o direito incontestável de escolher através do voto secreto e universal seus governantes.

É com muito prazer que apresento nesta Casa, hoje, em nome dos 58 Deputados que têm assento nesta Assembléia, dos quatro partidos políticos, a emenda que adapta a Constituição do Estado do Paraná nesta nova ordem jurídica implantada no País, com a seguinte redação. (Lê):

"Proposição de Emenda à Constituição

O parágrafo 2.º do artigo 42 da Constituição Estadual, modificado pela Emenda à Constituição n.º 6, de 19 de abril de 1.978, suprimidos os seus incisos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42 — ...

§ 2.º — A eleição do Governador e do vice-Governador do Estado, para mandato de quatro anos, far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto; o candidato a vice-Governador considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Governador com ele registrado."

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1.980

a) Gabriel Sampaio.

APOIAMENTO:

Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João

Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpe-
lini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leôni-
das Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Frie-
drich, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisós-
tomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Ro-
sário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr
Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nestor Baptista
e Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de adaptação do atual texto do § 2.º do art.
13 da Constituição Federal, aqui reproduzido integralmen-
te, em homenagem a todos os membros do Congresso Na-
cional, que o aprovou por unanimidade.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, apresento um
requerimento para ser enviado aos Ministros do Planejamen-
to, Finanças e ao Presidente do Banco Central, solicitando
revisão da não concessão de um empréstimo de 459 milhões
de cruzeiros à Cooperativa de Marigá, COCAMAR, para a
construção de sua indústria têxtil. (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na região de Maringá se localiza o maior centro pro-
dutor de algodão de todo o País. Graças ao esforço dos agri-
cultores do Norte do Estado, o Estado do Paraná responde
hoje por cerca de 33,2% da produção nacional de algodão,
sendo o líder do setor.

Mas, ao que tudo indica, esta posição importante de
nosso Estado não é reconhecida pelo Governo Federal. Aliás,
o Governo Federal tem demonstrado por mais de uma vez
que não tem grande interesse em nosso Estado. Está aí a greve
dos produtores de suínos, como o exemplo do momento.

O que ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a
produção de algodão do Norte do Paraná precisará ser des-
locada inteiramente para o Nordeste, a fim de que se possa
submeter a matéria-prima ao tratamento necessário para a pro-
dução de roupas.

Parece absurda, mas esta é a realidade. O que já não
ocorre hoje com o trigo, que tem de ser transportado até
São Paulo para receber beneficiamento e depois volta para
o Paraná com o consumidor pagando todas as despesas de
transporte, teria de ocorrer com o algodão, porque assim é o
desejo do Governo Federal.

Recentemente, a Cooperativa dos Cafeicultores da Ma-
ringá — COCAMAR, reivindicou um financiamento de 450
milhões de cruzeiros para uma indústria de fiação de algo-
dão naquele município. E a resposta do Governo Federal
foi negativa, porque está estabelecido que o crédito para tais
indústrias só pode ser concedido ao Nordeste, ficando os de-
mais Estados apenas com o direito de repor o maquinário.
Assim, fica o Paraná, apesar de ser o maior produtor de al-
godão do País, reduzido à condição de mero fornecedor de
matéria-prima.

Esta situação não pode continuar. Num período em
que o combustível é racionado praticamente e que diversas
medidas vem sendo tomadas para evitar o gasto de gasolina
e óleo diesel, o próprio Governo Federal determina que se
gaste milhões em combustível para levar a matéria-prima para-
naense a milhares de quilômetros para processamento.

Gostaria de destacar ainda a situação de menosprezo
do Governo Federal para com a COCAMAR, que é a maior
cooperativa de produtores agrícolas do Paraná, figurando em
sétimo lugar entre as empresas agropecuárias, com uma recel-
ta líquida de Cr\$ 2,97 bilhões de cruzeiros.

É em função desta situação absurda que estamos apre-
sentando a esta Assembléia requerimento dirigido aos Minis-
tros do Planejamento e da Fazenda e ao Presidente do Banco
Central para que revejam a posição adotada com relação à
COCAMAR. Destaco ainda o empenho que o Governador

Ney Braga vem fazendo no mesmo sentido, tentando fazer
com que o Governo Federal atenda aos reclamos dos coope-
rativados da COCAMAR.

(Lê o requerimento):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas
atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,
o envio de expediente aos Ministros do Planejamento, Fi-
nanças e ao Presidente do Banco Central, solicitando a revisão
da não concessão de um empréstimo de 45 milhões de cruzei-
ros à COCAMAR, para a construção de sua indústria têxtil.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.980

a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é o principal produtor de algodão do País,
respondendo com 33,2% da produção nacional.

Ao mesmo tempo, a COCAMAR — Cooperativa dos
Cafeicultores de Maringá é a maior cooperativa de produto-
res agrícolas do Paraná. Mesmo assim, não conseguiu cré-
dito junto ao Governo Federal para a construção de sua in-
dústria têxtil no município, sendo assim obrigada a remeter
sua produção a milhares de quilômetros, a fim de que a mes-
ma seja processada.

Como a redução do consumo de combustível é meta
primordial do governo, não entendemos como justa a negati-
va para a concessão do financiamento."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo
a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente,
Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs.
Deputados.

Apresento nesta tarde um requerimento, solicitando
a constituição de uma Comissão Especial, de Parla-
mentares de todos os partidos com assento nesta Casa, para plei-
tear do Ministério do Interior e do BNH, a liberação de recur-
sos necessários, para a continuidade dos programas habitacio-
nais no Estado do Paraná, através da COHAPAR e das diver-
sas entidades municipais que cuidam deste problema.

Minha preocupação em apresentar este requerimento
fundamentou-se na Carta de Londrina, onde representantes
das COHABS de todo o Estado do Paraná, manifestaram-se
com relação ao assunto.

E apresento a justificativa que passo a ler a seguir:

(Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atri-
buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que
seja constituído uma Comissão Especial de Parlamentares
de todos os Partidos com assento nesta Casa, com objetivo
de pleitear do Governo Federal a liberação de recursos para
a continuidade dos programas habitacionais do Estado do
Paraná e que hoje se encontram sem recursos necessários fa-
ce a constante alta de preços dos materiais de construção e da
não liberação das verbas pelo órgão financiador do Ministé-
rio do Interior, o Banco Nacional de Habitação.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.980

a) Luiz Alberto Oliveira.

APOIAMENTO:

Augusto Carneiro e Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

Uma das maiores preocupações da atual administra-
ção paranaense é habitação popular. A filosofia básica que
orienta o Governo Ney Braga é a de dotar o homem de to-

dos os benefícios sociais e materiais existentes nos grandes centros urbanos, onde que ele se encontre. Esta diretriz tem estado presente na ação desenvolvida pela Secretaria do Interior, objetivando um crescimento harmônico das cidades paranaenses com a edificação de conjuntos residenciais, perfeitamente identificadas com as necessidades locais, evitando, ao mesmo tempo o "INCHAÇO" URBANO E O ÊXODO RURAL.

Justamente por isto, um dos programas de maior repercussão social no Paraná, e talvez no País, é o de habitação popular. Através da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR — o Governo do Estado planejou construir, só neste ano, cerca de 28 mil moradias em mais de 200 municípios, tanto nas sedes urbanas como nos distritos; para ajudar a fixar o homem em seu próprio meio, oferecendo-lhe ainda o conforto que busca nas grandes cidades.

Não há pai de família que não deseje para si e para os seus a sonhada casa própria. E este desejo traz consigo, sem dúvida, a melhoria da qualidade de vida, tão preconizada hoje em dia. Os conjuntos habitacionais construídos já vêm dotados de sistemas de água encanada e de esgotos, elementos essenciais para a saúde, assim como também outros serviços públicos e equipamentos comunitários, igualmente importantes como luz, telefone, escola, centro social e etc. ...

No caso do Paraná, seguindo a política do Governo Federal, o programa habitacional tem sido dirigido para beneficiar especialmente a população de baixa renda, visando eliminar as chamadas sub-habitações e reduzir o déficit habitacional do Estado. Diversos projetos têm sido levados avante, destacando-se entre eles, o projeto "BÓIA-FRIA", inédito no país e cujo primeiro núcleo de 30 casas, recentemente o Secretário Renato Johnsson entregou as chaves. Funcionando em caráter experimental na cidade de Apucarana, este programa de habitação rural pode representar a solução para os problemas enfrentados por milhares de "BÓIAS-FRIAS", transformando-os em pequenos lavradores proprietários de sua terra. Neste projeto cada uma das trinta famílias recebeu uma casa de 48 m² em alvenaria, com água e energia elétrica e uma área de 6.000 metros quadrados para o cultivo em comum. A construção das casas foi feita em regime de mutirão e o cultivo está sendo realizado em forma de cooperativa e já apresenta lucros.

A importância do PROGRAMA HABITACIONAL é de tamanha prioridade que o próprio Presidente da República, JOÃO FIGUEIREDO, anunciou a construção durante o seu Governo, de 6 milhões de unidades habitacionais e o Ministro do Interior, MÁRIO ANDREAZZA, assegurou, numa reunião com os Governadores, no BNH, em maio de 1979, que não faltariam recursos para o atingimento das metas fixadas. O Banco Nacional da Habitação, em seguida, assinou com os Governos Estaduais convênios garantindo tais metas para serem cumpridas.

Em função disso, o Governo do Estado traçou uma vigorosa política habitacional. A COHAPAR desencadeou seus projetos e compromissos, as Prefeituras adquiriram terrenos para doações e realizaram terraplenagens.

Entretanto, como é do conhecimento de todos, surgiram dificuldades para a execução desse plano habitacional. O custo do material de construção tem aumentado sensivelmente nos últimos meses e apenas para exemplificar, o milheiro de tijolos que em janeiro deste ano custava Cr\$ 1.000,00 custa agora Cr\$ 4.000,00 e a saca de cimento que tinha preço em torno de Cr\$ 100,00 foi reajustado para Cr\$ 390,00. Como consequência desta imprevisível situação, o BNH suspendeu a aprovação de novos projetos e só tem realizado o desembolso parcial nos recursos necessário aos projetos em andamento.

E, em decorrência desta situação, os recursos para o Paraná construir através da COHAPAR 28 mil casas ficaram restritos a 14 mil moradias. Além disso, a COHAPAR tem atualmente no BNH projetos para execução de mais 10 mil casas

populares que estão aguardando financiamento.

A Associação Brasileira de COHAB'S examinando o assunto fez proposições enumeradas na carta de Londrina, durante encontro destas entidades realizado naquela cidade nos dias 30 e 31 de outubro deste ano e cujas principais são:

— MANUTENÇÃO DAS METAS DEFINIDAS PELO PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO POPULAR;

— FIXAÇÃO DO ORÇAMENTO DA ÁREA DE OPERAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL, DO BNH, EM 1981, A NÍVEIS ADEQUADOS AO ATUAL COMPROMETIMENTO E BEM ASSIM COMO AS METAS ESTABELECIDAS, DE VEZ QUE A DOTAÇÃO INICIALMENTE PREVISTA NEM SEQUER OS CONTRATOS JÁ ANTERIORMENTE APROVADOS, EQUIVALENDO A APENAS 25% DO ORÇAMENTO DO BANCO;

— SUPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO CORRENTE ANO, PARA PERMITIR O SEGUIMENTO DA PROGRAMAÇÃO NORMAL;

— DEFINIÇÃO DE NOVAS FONTES DE RECURSOS PARA O PROGRAMA DE HABITAÇÃO POPULAR.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, lanço desta tribuna um apelo ao Governo Federal para que se assegure pelo menos ao Paraná, o cumprimento do seu programa.

O Paraná ainda é um Estado com população bem distribuída, embora os resultados preliminares do Censo já preocupem e mostrem a tendência de inversão das populações da cidade e do campo. Se em 1970 tínhamos 60% da população como Rural e 40% como Urbana, a situação, um decênio depois, indica, ainda de acordo com os números recém levantados pelo Censo, que, 40% dos paranaenses vivem na área rural e os restantes 60% estão hoje concentrados nos centros urbanos.

Ora, o PROGRAMA DA COHAPAR, com a construção de casas em mais de 200 municípios e distritos — que, nada mais são do que os primeiros núcleos de apoio rural — é fundamental para o objetivo de conter o ÊXODO RURAL.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Os Professores da Universidade Federal do Paraná estão em greve. Em assembléia de sua associação, decidiram acompanhar o movimento nacional que paralisou 21 instituições de ensino superior federal. Um movimento justo, deflagrado no bojo da crise geral que abala o País e que se reflete profundamente no campo da educação.

Pedem os professores, 48% de abono, a contar de março passado. O envio imediato do projeto de reestruturação da carreira do magistério ao Congresso, na forma elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura que se encontra retido na Secretaria do Planejamento. Pedem também a revogação da Lei 6.733 que retira da comunidade universitária poderes para escolher seus dirigentes. E concluem pela bandeira que hoje é de toda a sociedade de ampliação de verbas para a educação.

Chegaram à decisão de paralisação depois de esgotar todos os meios reivindicatórios que pudessem evitá-la. Esbarram na disposição do Governo, habituado ao arbítrio, que se negou ao diálogo, especialmente o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, que entrevistou também nesta questão, impedindo que fossem atendidas as reivindicações sob a alegação de que são inconvenientes nesta oportunidade de crise econômica.

É a resposta do Governo. Contra os 35 mil professores em greve, diz o Governo que está com a razão. Razão que sempre se contrapõe aos interesses dos trabalhadores. E sempre que os trabalhadores reivindicam, do ponto de vista do Governo este passa a ser um caso de polícia. Caiu o Ministro Eduardo Portella, que pretendia negociar com os professores. Em seu

lugar, assume um General de brigada, Rubem Ludwig, para dar solução à crise.

A crise que hoje se abate sobre a universidade brasileira tem contornos particulares na Universidade Federal do Paraná, onde a incompetência juntou-se ao arbítrio, a intolerância juntou-se ao obscurantismo dos setores mais atrasados que de há muito tempo dominam a estrutura da UFP e dela fazem seu instrumento de uso particular. A UFP vem sendo administrada em causa própria por estes setores que têm à frente o reitor Ocyron Cunha e seu principal assessor e conselheiro, Prof. Vernalha.

Aqui na UFP ocorrem fatos que depõem contra o espírito acadêmico, contra a democracia interna necessária ao desenvolvimento do conhecimento científico. O obscurantismo expulsou o Professor Newton Freire Maia, de reconhecida capacidade, para em seu lugar instalar a ignorância, persegue os professores mais qualificados para assegurar os privilégios dos que trabalham contra os interesses da democratização da educação.

É o caos, Senhor Presidente, Senhores Deputados. O caos que foi descrito pelo ex-Ministro da Educação, Eduardo Portella e que, por esta atitude, perdeu o cargo. No dia 8 de outubro, Eduardo Portella afirmou que o momento atual é o pior já vivido pela educação brasileira. Admitiu ainda que as universidades federais apresentam este ano um déficit de 10 bilhões de cruzeiros e que o Governo Federal só poderá repassar 2,6 bilhões. E para mostrar a que ponto chegamos, concluiu o ex-Ministro da Educação: "Não sou um especialista em contabilidade, mas desafio que exista alguém capaz de arrumar essas coisas". O Governo parece ter encontrado o especialista, que não é perito em contabilidade, muito menos em educação. É um general de brigada, recém promovido e que certamente terá as soluções próprias do regime para superar a crise da educação no País."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acerca de uns três meses, postulávamos aqui, desta tribuna, a necessidade do Governo reparar absurda elevação do índice corretivo, na cobrança do ITR - Imposto Territorial Rural.

E amanhã, Sr. Presidente, é o prazo fatal do pagamento desse imposto exigido pelo INCRA.

Sabemos que a grande parcela de produtores rurais ainda é constituída de minis e pequenos agricultores e muitos casos existem, Senhor Presidente, da elevação ter sido superior a 2.000% nesse imposto.

Em Cascavel, onde a grande maioria dos proprietários é de pequenos produtores, não se pode permitir, Senhor Presidente, que o imposto cobrado da ordem de 825 cruzeiros passe para sete mil cruzeiros.

Veja Vossa Excelência que os menores agricultores, os menores proprietários, pagam praticamente Cr\$ 600,00 (seiscientos cruzeiros) por mês de Imposto Territorial Rural. Afora isto, há algumas Prefeituras, como é o caso de Capitão Leônidas Marques que sobre o imposto ainda tem a coragem e a desfaçatez de cobrar uma taxa correspondente à taxa de melhoria ou à taxa de conservação de estrada. Uma das grandes falsidades e apenas para citar um exemplo, a Prefeitura está cobrando judicialmente dos agricultores filiados ao PMDB.

Trata-se de um imposto absolutamente inconstitucional, ou uma taxa absolutamente inconstitucional que será objeto de nova vinda deste Deputado a esta tribuna, mas, nesta oportu-

nidade, o que queremos é apresentar, Senhor Presidente, um requerimento que está sendo datilografado, no sentido de que o INCRA tenha uma visão mais correta da situação do agricultor brasileiro, do proprietário de pequena parcela de terras produtivas e não exagere, porque neste País não há qualquer controle na expedição de portarias e nem de taxação de impostos e o agricultor fica completamente indefeso, porque num regime que não seja democrático, qualquer departamento pode elevar o seu imposto sem dar satisfações ao Poder Legislativo.

Uma das grandes violências que esse regime comete, Senhor Presidente, é exatamente criar essa dificuldade para defesa do contribuinte e é o caso do Imposto Territorial Rural não só em Cascavel, mas em todo Paraná. São mais de 300 mil pequenos agricultores com essa dificuldade e não se vê ato algum do Governo do Estado, buscando a proteção do seu produtor, buscando a diminuição do valor do imposto que o INCRA cobra sobre a propriedade rural.

Nessas condições, Senhor Presidente, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná já tem posição marcadamente firme contra a elevação deste tributo exagerado. Há casos que subiu mais de 3.000%. Não é possível, um Governo que clama a todos os cantos que busca diminuir o índice inflacionário, permita que os seus organismos arrecadadores elevem a taxa ou percentual de tributação a superior a 2.000%.

Senhor Presidente, fica aqui o apelo e fica também o protesto de todo o agricultor que não tem mais por quem reclamar nem por onde reclamar e nem protestar. Fica este requerimento que apresentaremos a seguir à Mesa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Muitas solenidades marcam hoje, o Dia Nacional de Ação de Graças. Pretendo, nesta oportunidade fazer o registro da efeméride, buscando deixar aqui, meu local de trabalho, o meu "OBRIGADO SENHOR".

Sim. Obrigado, Senhor, pela vida que preservastes, apesar da criatura humana, criada por Ti, a Sua imagem e semelhança, dia a dia conspurcar a natureza;

Obrigado, Senhor, pela manutenção da unidade deste País, que criastes em forma de coração, para ser o Coração do Mundo, a Pátria do Evangelho;

Obrigado, Senhor, porque no Brasil, convivemos várias realidades eminentemente opostas, se vistas superficialmente, mas perfeitamente homogêneas, para quem vê neste País, Tuas Mãos a Abençoá-lo;

Obrigado, Senhor, pelo Nordeste árido, terra cansada, povo sofrido, pedaço do Brasil, mais velho, explorado indevidamente pelo homem, que não respeitando a natureza, sofre hoje as conseqüências;

Obrigado, Senhor, por uma região Leste desenvolvida, industrializada, com maiores oportunidades para cada um dos brasileiros ali nascidos ou que ali aportam, mas que pouco a pouco, o homem vai poluindo;

Obrigado, Senhor, por esse extremo Sul, dedicado à agricultura, cujo índice de produção e produtividade agrícola, proporciona elevação do nível de vida de nossa gente, sendo inclusive, responsável pela exportação de alimentos a outras partes de nossa Pátria;

Obrigado, Senhor, por um Centro-Oeste, onde os Bandeirantes do Século vinte encontram matas virgens, terras férteis, enfim, novas fontes de riquezas e imensas áreas para o acolhimento de parte de nosso povo, tão carente de melhor distribuição de terras;

Obrigado, Senhor, pelo extremo Norte, com suas riquezas naturais, onde a realidade parece um conto de fadas, tendo

ainda na aventura, na busca do ouro e pedras preciosas de aluvião, seu principal atrativo;

Obrigado, Senhor, por conservar este País grandioso, unido, forte, em Paz, enquanto por várias partes do mundo, a Guerra destrói, criando cânceres jamais suportados;

Obrigado, Senhor, porque no Brasil, todas as questões são resolvidas sem derramamento de sangue, isto porque, Tua presença, sempre é invocada.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

No Dia Nacional de Ação de Graças, é preciso que façamos nossas preces dirigidas àqueles que tendo sede, falta-lhes água;

Que tendo fome, falta-lhes pão;

que no desabrigo, falta-lhes o lar;

que no desespero, falta-lhes a esperança;

que no desconsolo, falta-lhes palavras amigas;

que no relacionamento social, falta-lhes compreensão;

que nas decisões, falta-lhes determinação;

que na evolução falta-lhes cultura;

que na atividade produtiva, falta-lhes terra

que na sociedade, falta-lhes segurança;

Mas principalmente àqueles,

que em seu coração, falta-lhes FÉ.

Obrigado, Senhor!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro) — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Continuando na linha de raciocínio do nobre Deputado Antônio Facci que nos antecedeu, e acrescentando alguns aspectos referentes ao Dia de Ação de Graças.

Lembramos que a sua finalidade é manifestar gratidão ao Criador e Soberano por suas maravilhosas bênçãos: a vida, paz, saúde, trabalho. (Lê):

“Apesar das diversidades, perplexidades e circunstâncias desfavoráveis podemos ainda sentir a presença, a proteção de Deus e seu espírito na paz que nos envolve. Tanto que, Billy Bray, certa vez ao ouvir uma longa história de aflições exclamou: “Louvado seja o Senhor! Tive minhas provações e dificuldades, o Senhor tem me dado tanto vinagre como mel, mas deu-me o vinagre com uma colher de chá e o mel com uma concha.”

Outra pequena história conta-nos que numa reunião de Ação de Graças um dos presentes levantou-se e deu graças a Deus por não ter sofrido ferimentos quando tombara sua carroça que o trazia do sítio. Então outro levantou-se deu graças porque sua carroça nem tombara.

Histórias de homens simples mas que no fundo ensinam-nos grande verdade: mais fácil é reconhecer a proteção do que a providência.

Quando um perigo entra em evidência mas não nos alcança é fácil rendermos graças pela proteção recebida. Mas o difícil é lembrar de Deus quando tudo vai bem porque acostumamo-nos tanto com as bênçãos constantes que chegam parecer obrigatórias quando esquecemo-nos de que Deus é que está presente para proporcioná-las.

Tudo que somos, tudo que realizamos devemos ao grande Organizador do Universo, pois somos mantidos por seu poder e orientados por sua guiadora mão.

O resultado de nossos próprios trabalhos é a afirmação de sua providência e proteção constantes dando-nos condições de atuação.

Baseados na declaração de que “o coração agradecido mantém vividas as bênçãos de Deus, é que todas as nações dedicam um Dia de Ação de Graças para agradecerem as bênçãos recebidas.

Para isso façamos nossas as palavras da poetisa Jassi Fraga Eriel:

Senhor, eu Te agradeço pela vida,

Pelos dons que me deste, pela paz

Que minh'alma desfruta comovida...

Pela grande alegria que me traz.

A certeza da Tua companhia!

Pela fé, pelo amor, pela esperança,

Pela bênção radiosa da alegria

Nova em cada manhã, pela confiança.

Pelo pão que dá força e dá sustento,

Pelo lar, e os amigos pelo abrigo,

Pelo nobre trabalho que me alenta

Oh! Senhor, eu Te adoro e Te bendigo,

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) -- Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inscrevi-me para ocupar hoje, para trazer um assunto de suma importância e fazer um apelo a Sua Excelência o Ministro da Justiça. Mas ontem, em audiência com Sua Excelência, o Governador Ney Braga, e dado às informações que pude colher e o interesse demonstrado pelo Governador em solucionar este caso que preocupa a todos nós, deixo de encaminhar o expediente com a aprovação desta Casa, ao Sr. Ministro da Justiça. É com referência a intranquilidade da população dos municípios novos, os municípios recém criados, os municípios de faixa de fronteira que aguardam pelas eleições e que até agora não houve ainda uma solução.

A esses municípios criados, o município-mãe deixa de dar assistência como já vem fazendo desde a criação dos mesmos. Estão os moradores desses municípios novos, a comunidade preocupada principalmente, na área rural, porque já está próxima a nova colheita e todos esses municípios sem estradas. E há um contraste de municípios, como o município criado na minha região, é o Município de Vera Cruz desmembrado de Céu Azul, esse município desmembrado de Céu Azul, o Prefeito de Céu Azul é criticado porque dizem que ele dá muito apoio a Vera Cruz, onde tem as suas propriedades, onde ele reside. Então há a reclamação do município sede.

E nos demais municípios a reclamação por falta de assistência. E é preciso que haja uma solução. Já foi apresentada por ocasião da convenção do meu partido, uma moção aprovada e encaminhada ao Sr. Ministro, já foi feita gestão por intermédio do Secretário da Justiça de nosso Estado e até hoje não temos ainda uma solução.

Creio que ainda funciona nesses órgãos a burocracia que impede uma solução adequada e mais urgente. Mas, pelo contacto que mantive ontem com o Sr. Governador e disse estar gerenciando diretamente junto ao Ministro e que nós teremos uma solução no menor espaço de tempo possível.

Nestas mesmas condições, talvez pela burocracia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em 1979, logo no início do ano, apresentei um projeto nesta Casa, Projeto 65/79, em que disciplinava a aposentadoria dos Serventuários da Justiça do Paraná.

Aquele projeto encaminhado à Comissão de Justiça, e o seu Relator converteu em diligência à Secretaria de Recursos Humanos. Foi distribuído cópia à Secretaria de Planejamento e à Secretaria de Justiça e até hoje a Comissão de Justiça não recebeu Parecer algum sobre esse projeto que nós apresentamos, assinado por mim e o ex-Deputado, saudoso amigo, Do-

mício Scaramella.

E, depois de esperar todo este tempo, vendo o interesse do Governador também em atender esses serventuários, para que Vossa Excelência tenha uma idéia, a maior aposentadoria hoje do serventuário, da comarca de Curitiba, da sede da comarca não chega a onze mil cruzeiros e a mais baixa não chega a meio salário mínimo. É preciso que haja uma solução com urgência.

O Governador está interessado em solucionar; o Secretário da Justiça com quem tenho feito contato permanente, determinou estudo e esse estudo não sai da área técnica e até agora nós estamos esperando.

Por isso hoje estou encaminhando à mesa um requerimento fazendo um apelo para que seja incluído na Ordem do Dia o projeto por mim apresentado para que possa esta Casa se manifestar e melhor estudar a reivindicação de muitos anos da classe dos Serventuários da Justiça.

Preocupo-me muito porque tenho recebido pedidos de vários setores e de companheiros nossos, de Deputados tanto do meu Partido como da Oposição, que quando é recebido por um cartório fazendo uma consulta a este respeito é encaminhado ao meu gabinete dizendo que estou estudando. E já não sei mais o que responder a esses serventuários, pelo tempo que nós estamos esperando uma solução, o encaminhamento de uma mensagem.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência e realmente Deputado Gilberto Carvalho Vossa Excelência também é testemunha como eu testemunho o esforço de Vossa Excelência, com relação aos serventuários da Justiça.

Desde 1975, temos nos empenhado em que as serventias da Justiça tenham pelo menos a dignidade de perceber na aposentadoria, uma remuneração compatível com a vida que levam durante o tempo de serviço. E hoje nós sabemos, é uma situação caótica para esse pessoal. Porque na medida em que, e todos sabem disso, que sobretudo na capital e nas grandes cidades, onde um tabelião percebe importâncias muito superiores a cem mil cruzeiros, é obrigado a se aposentar com oito ou 10 mil cruzeiros mensais.

É absolutamente incoerente essa situação. No Brasil há dessas coisas. E nós legisladores, muitas vezes temos que suportar, estas divergências flagrantes, absurdas entre a real realidade de direito e a situação de fato.

De maneira que, já oferecemos - e Vossa Excelência sabe disso, três vezes modalidades legislativas, como sugestão ao Excelentíssimo Governador do Estado Jayme Canet, depois posteriormente um reparo dos índices ao Tribunal de Justiça também e Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná. A nossa sugestão, Deputado é de que a taxa judiciária, hoje de dez cruzeiros, é uma importância até vergonhosa, de ser nomeada. Dez cruzeiros, no Brasil não existe Estado algum que tenha essa taxa judiciária; poderia ser elevada nos feitos judiciais e canalizar recursos para melhor remunerar o aposentado do Fundo extra-judicial.

Por esta razão, congratulo-me com Vossa Excelência, não só pelo pronunciamento mas também pelo projeto de lei que está aí emperrado na Casa, como tantos outros. Não é possível não citar mais condições de diálogo com esse pessoal na rua. O que cobram dos Deputados. Por que é que os Deputados só se interessam por coisas que tocam diretamente ao seu interesse. É uma situação realmente vexatória. Assiste inteira razão a Vossa Excelência ir para a tribuna falar do problema. E tem todo o meu apoio e toda a minha solidariedade.

Obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu é que agradeço, nobre

Deputado que Vossa Excelência já de longa data vem se manifestando e sempre procurado se inteirar do andamento deste projeto de lei.

Vossa Excelência frisou bem, quando falou na taxa judiciária.

Faz mais de vinte dias que passei pela Secretaria da Justiça e a área técnica me afirmava, haver feito um estudo elevando esta taxa judiciária, e que através da taxa judiciária, com o seu recurso, seria suficiente para cobrir despesa com a nova tabela de aposentadoria do Serventuário da Justiça e atendimento também aos inativos. Mas acontece que esta atualização até hoje ainda não chegou a esta Casa e o meu projeto ainda vai mais longe um pouco, se a taxa judiciária não for suficiente, ofereço ainda como condições, outros recursos, como até o selo, quando alguns dizem que é retrocesso. Mas se for necessário, que lance mão, daquela burocracia por folha, mas taxa fixa, para que de condições. E é preciso que com urgência, se a taxa judiciária for suficiente, que através dela sejam oferecidos recursos para cobertura, encaminhada a Mensagem com a máxima urgência a esta Casa, ainda neste período Legislativo, para que nós possamos apreciar a matéria e dar o atendimento aos Serventuários.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Quero estender o meu pensamento a respeito do selo. Acho, data vênica, que o selo realmente vem burocratizar mais a situação. Se nós tivermos a disciplina da taxa judiciária, não criaremos problemas, com o resultado de que hoje é aplicado à Associação dos Magistrados. Nós não criaríamos problemas. E a situação se definiria apenas do regulamento de uma lei que viesse para cá sob uma forma de Mensagem do Governo. O Governo precisa se definir.

A única coisa que falta é o Governo se definir, porque este Poder não tem condições de apresentar esse projeto, e nós não o fizemos exatamente por falta de condições constitucionais. Porque, se o Poder Legislativo, que vive claudicante e à reboque do Poder Executivo, nós não temos possibilidade legal, constitucional, pelo texto frio da Constituição vigente, não temos competência para legislar sobre a matéria.

Todavia, se o Governo se sentir interessado e há de se sentir, porque isso toca o interesse da própria administração pública, então já é oportuno, o Governo já vai mandar com muitos anos de atraso, aquela disciplina, aquela regulamentação, aquela legislação, ou aquele projeto, para que nós possamos legislar sobre eles.

Desta forma, discordo apenas no processo, com Vossa Excelência. Acho que a taxa judiciária é o veículo adequado, é o meio suficiente, é o ponto fundamental de toda esta questão, de toda esta problemática, e com isso resolveríamos dois casos muito sério que há, que é o do Serventuário da Justiça, do foro extra-judicial e também disciplinaria o problema da Associação dos Magistrados.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu é que agradeço, nobre

Deputado. Estou de pleno acordo com Vossa Excelência e sempre defendi a atualização da taxa judiciária. Mas a minha preocupação é que, num estudo, possa não comprovar a condição da taxa judiciária de cobrir toda essa despesa, se for necessário que o Governo lance mão também do selo de aposentadoria.

Mas, espero que, dada a boa vontade do Sr. Governador do Estado, que a área técnica da Secretaria da Justiça, a quem eu responsabilizo por todo esse tempo, por toda essa demora, espero, que providencie e que, com a máxima urgência, encaminhe a esta Casa, a Mensagem, porque, bem frisou o Deputado Tolentino, trata-se de um projeto que esbarra com dispositivos

constitucionais.

Mas, se nós, nesta Casa, formos aguardar ou lançar projetos que não alterem despesa, não teremos condições mais de trabalhar aqui.

Por isso, vamos lançar mão do direito que nós temos de vir a esta tribuna e fazer um apelo, defender os interesses daqueles que têm direito, e que o Governo sancionando um projeto de lei por nós apresentado, supre essa inconstitucionalidade, de início apresentada.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No horário reservado às Lideranças, solicito do Sr. Líder do PDS se vai usar de seu horário.

Havendo declinado, solicito providências idênticas do Líder do PMDB.

O SR. RENATO BERNARDI — Falará o Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tencionamos, hoje, ao ocupar esta tribuna, falar do movimento "Justiça e Trabalho", deflagrado pelos suinocultores do Paraná, de cujo exemplo de coragem e de luta, está sendo seguido pelos suinocultores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Aliás, é exatamente de Santa Catarina, que o Deputado Nilso Sguarezi, Deni Schwartz e Nilton Friedrich, que estão acompanhando o movimento "in loco", nos trazem a notícia de que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quilombo, com uma forma nova de pressionar e sensibilizar as autoridades federais, no sentido de virem ao encontro do clamor dos suinocultores, resolveram levantar de forma conjunta todos os depósitos em todos os bancos da cidade de Quilombo, e que essa medida está começando a ser adotada por todo o movimento que, agora, se alastra pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina Sudoeste e Oeste do Paraná, e por ora, mantém cerradas as portas dos quatro maiores frigoríficos do Sudoeste e Oeste do Paraná, numa atitude de pressionar o Governo Federal em atender os suinocultores dessa região, nesta difícil situação.

No entanto, (lendo): "existe um ditado popular que diz: "pelo chiqueiro se conhece o produto". Este mesmo ditado podemos transportar para a atual política agrícola dos Ministros da Agricultura e Planejamento do Governo Figueiredo. Todos sabemos da ignorância destes dois Ministros no que tange à agricultura, por isso o chiqueiro está desorganizado e o produtor não sabe a causa de sua falência. Não sabe, "porque" tem que prorrogar mandatos e se preocupar em evitar eleições.

O movimento dos suinocultores, "TRABALHO E JUSTIÇA", que tomou proporções não desejadas por eles, nesta semana, vem há meses reivindicando uma série de medidas por parte do Governo para que a suinocultura não chegue à extinção em nosso Estado, bem como nos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esta iminente extinção traria prejuízos de toda ordem aos pequenos agropecuaristas. Todos estes alertas, sugestões e reivindicações não serviram às autoridades responsáveis pelo setor. Não serviram porque encontraram pela frente o desconhecimento de causa, a ignorância, a má vontade e a convivência com grupos transnacionais dos ministros da área econômica.

O General Figueiredo ao assumir o Governo deu prioridade à Agricultura, ainda bem que não especificou esta agricultura, se a estrangeira ou a nacional. Porque a agricultura brasileira, que já estava mal, depois de 1979 vem sofrendo revezes subseqüentes. Os preços a nível de produtor não cobrem mais nem os custos de produção, que dirá então o cumprimento dos trinta por cento de lucro previstos no Estatuto da Terra. Diante disto perguntamos: ONDE ESTÁ A PRIORIDADE DO GENE-

RAL FIGUEIREDO, DANTESTÃO PROPALADA?

Os suinocultores do Paraná fazem mais um alerta diante do inconseqüente preço mínimo estabelecido recentemente pelo Governo, impedindo a entrada de suínos nos frigoríficos bem como a saída de qualquer produto manufaturado, em diversas regiões estratégicas do Oeste e Sudoeste do Paraná.

Os preços mínimos de Cr\$ 48,00, Cr\$ 45,00 e Cr\$... 40,00 por quilo vivo, são uma demonstração clara de que ao Governo não interesse o progresso do suinocultor brasileiro, pois se trata de preços irritantes sabendo que o custo de produção já está em torno de Cr\$ 58,00 o quilo. Segundo a Rádio Tapajós de São José dos Pinhais, até a multinacional SWIFFT-ARMUR e a SADIA estão discordando do preço estabelecido pelo Governo e num tom de deboche ofereceram ao produtor Cr\$ 52,00 o quilo.

Nas recentes declarações do Secretário da Agricultura do Paraná, Dr. Reinold Stephanes "cerca de setenta por cento dos produtores conseguem formar o porco ainda abaixo dos preços fixados em Cr\$ 48,00 e que tão somente trinta por cento tem custos acima de Cr\$ 48,00": só podemos deduzir de que se trata de absoluta falta de conhecimento de causa ou então é o caso de empresas agropecuárias que têm condições, dado o seu poder de barganha, de especular mercados de insumos e de abate dos suínos. São estas empresas que criaram uma estrutura financeira para sobreviver, sob os auspícios dos incentivos governamentais e que na realidade são de grande interesse governamental. Não interessa o pequeno. Os pequenos produtores ora deflagrando o movimento "TRABALHO E JUSTIÇA" estão servindo de "bucha-de-canhão" e que não interessam para o modelo agrícola implantado no Brasil.

E não interessa também ao Governo que esses pequenos produtores estejam empregando a maior parte da mão-de-obra no campo. Não interessa ao Governo, que o pequeno produtor é que fornece o nosso feijão, nossa batatinha, enfim, todos os gêneros de primeira necessidade, porque o Governo pode recorrer à importação.

Embora se diga que se fixar o homem no campo, mas não se dá as condições mínimas, e essa é a principal contradição que encontramos na atual política agrícola. Ao Governo não interessa saber que acabando com o pequeno produtor, está se criando a marginalidade na cidade e todo tipo de problema social.

Ao Governo não interessa, ou melhor dito, o Governo só se interessa com o capital estrangeiro que vem aqui a devorar o nosso povo, colocá-lo à situação endêmica de miséria e na melhor das hipóteses, colocá-lo à margem do progresso.

Diante da calamitosa situação da suinocultura no Brasil, e do desleixado tratamento que vem recebendo por parte dos órgãos competentes ao setor, restou a alternativa de os próprios suinocultores bloquearem os frigoríficos impedindo a entrada de suínos e saída de qualquer produto manufaturado oriundo destes.

Essa decisão perdurará, segundo eles mesmos, até que surja uma claridade na mente turva dos nossos governantes e atendam às reivindicações de um preço mínimo estipulado a Cr\$ 75,00 o quilo vivo.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida.

Não atendida essa reivindicação básica, os suinocultores além de bloquearem os frigoríficos, haverão de impedir o transporte de qualquer produto da região, como o de boicotar a VI ESPOBEL a realizar-se dia 6 a 16 de dezembro em Francisco Beltrão, bem como as medidas já tomadas em Quilombo, de retirarem seus depósitos bancários, no sentido de conseguir a adesão dos próprios bancos em suas reivindicações que são

mais do que justas.

O movimento "TRABALHO E JUSTIÇA" já se alastrou para o Sul do País e Extremo-Oeste do cone sul brasileiro.

O Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tomando exemplo do valoroso povo paranaense, que não tendo Governo competente que o defenda, arma sua própria defesa e está contagiando os dois Estados, onde também tencionam trancar as portas dos frigoríficos e bloquear as estradas com algumas medidas já tomadas.

Concedo o aparte do Deputado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado Gernote Kirinus, Vossa Excelência analisa com propriedade e com conhecimento de causa, o problema da suinocultura nacional, e mais especificamente, da suinocultura estadual.

Gostaria, nesta tarde, de ratificar o posicionamento do meu Partido, o posicionamento dos nossos companheiros de bancada, que é inquestionavelmente ao lado da reivindicação dos suinocultores paranaenses e em especial, dos suinocultores da Região Sudoeste que decidiram realizar esse movimento.

O nosso posicionamento é conhecido nesta Casa, é conhecido no Paraná, em função dos inúmeros pronunciamentos feitos por Deputados de ambas as bancadas, alertando ao Governo Federal, de que nós iríamos enfrentar um impasse na suinocultura, caso não fossem tomadas diversas medidas necessárias para que se estabelecesse um preço justo para a suinocultura estadual.

Recordo-me que esta Casa, mesmo há questão de uns dois meses atrás, encaminhou um expediente às autoridades monetárias nacionais e ao Ministro da Pasta da Produção, solicitando que o milho importado, fosse distribuído através de associações, de cooperativas, de sindicatos aqui no Paraná e não fosse leiloado na bolsa de cereais de São Paulo, como vem ocorrendo.

Ainda na sexta-feira passada, na audiência que inúmeros parlamentares federais, senadores, deputados estaduais dos 3 Estados, Rio Grande, Santa Catarina e Paraná, tiveram com o Ministro da Agricultura por solicitação do Governador Ney Braga. Nós fizemos ao Ministro da Agricultura um relato, o mais correto e o mais abrangente possível da situação da suinocultura, solicitando a ele que se estabelecesse um preço mínimo justo.

E nós, como Vossa Excelência sabe, não concordamos também, com o estabelecimento do preço em quarenta e oito cruzeiros para o porco tipo carne, quarenta e cinco cruzeiros e sessenta centavos para o tipo misto e quarenta cruzeiros e oitenta centavos para o tipo banha.

De vez que os próprios levantamentos feitos por entidades de classe e por órgãos governamentais, tanto a nível federal quanto a nível Estadual, estabelece que o custo de produção do quilo do suíno hoje, a nível de Região Sudoeste, Oeste, está por volta de cinquenta e seis cruzeiros.

Portanto, com o estabelecimento do preço mínimo em quarenta e oito cruzeiros, o suinocultor terá prejuízo na sua atividade pecuária.

Portanto, a nossa posição é de solidariedade com o pronunciamento de Vossa Excelência e sobretudo, de solidariedade com os suinocultores paranaenses.

Estamos em permanente contato com a Comissão de Agricultura da Casa, com o Governador Ney Braga, com as autoridades federais, apelando para que o preço mínimo da suinocultura seja revisto. E não só que seja estabelecido um preço mínimo justo, o preço mínimo justo que entendemos aquele que cubra os custos de produção e que dê ao suinocultor a possibilidade de lucro de trinta por cento, conforme o estabelecido no Estatuto da Terra.

Como o Presidente nos alerta para o final do seu tempo na tribuna, a minha solidariedade pessoal ao seu pronunciamento, a solidariedade do Deputado Egon Pudell da Região Oeste

e de todos os Parlamentares do PDS que estão na Casa, ao movimento da suinocultura visando obter preço justo para a suinocultura.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para concluir, Sr. Presidente, agradecendo o aparte do Sr. Deputado, e dizer que inclusive, chegamos quase ao momento de dizer e confessar que, praticamente já esgotamos a nível parlamentar, inclusive com o apoio de todas as bancadas, as medidas parlamentares cabíveis.

Portanto, acreditamos que o Governo já esteja medindo as consequências não só dessa atuação parlamentar, como também as que advirão, com essas medidas adotadas pelos suinocultores e também as que virão, caso o Governo permaneça irredutível em sua política agrícola entreguista.

Criando pestes suínas etc, faltando apenas, criar vergonha, diante de tamanha incompetência.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Esta Presidência consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se deseja fazer uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Popular. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, devidamente apoiada.— Recebida.

Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, com o apoio de 4 Srs. Deputados, constante do expediente.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 149/80, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LINS DE VASCONCELOS", com sede e foro na Cidade de Cascavel.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 149/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LINS DE VASCONCELOS, com sede e foro na Cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 151/80, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE PROCOPENSE DE ASSISTÊNCIA AO MENOR — CASA DA CRIANÇA DE CORNÉLIO PROCÓPIO".— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 151/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE

DE PROCOPENSE DE ASSISTÊNCIA AO MENOR — CASA DA CRIANÇA DE CORNÉLIO PROCÓPIO, com sede e foro na Cidade de Cornélio Procópio.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente.

TADEU LÚCIO MACHADO, Relator.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 53/80), que autoriza o Poder Executivo alienar imóvel de propriedade do Estado, situado na Cidade de Toledo, com área e características que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. por unanimidade.—

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Renato Bernardi, Erondy Silvério e Adalberto Daros, solicitando a retirada da Ordem do Dia pelo período de 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei n.º 127/80.— Em votação o requerimento.— **Aprovado.**

Nestas condições, é retirado da Ordem do Dia por cinco sessões, o Projeto de Lei n.º 127/80.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 63/80, (Mens. Govern. n.º 67/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte e os municípios adiante mencionados, objetivando estabelecer normas de co-participação, no sentido da aplicação de recursos em obras ligadas à cultura e ao esporte de interesse dos citados municípios.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 63/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Ficam aprovados os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte e os municípios adiante mencionados: Matelândia e São Pedro do Paraná, em 20/06/80; Bandeirantes, Cafeara, Clevelândia, Colorado, Congonhinhas, Cruzeiro do Sul, Guafra, Guaporema, Marialva, Maringá, Moreira Salles, Nova Santa Rosa, Paçandu, Palmeira, Paranacity, Paula Freitas, Piraquara, Salto do Itararé, Santa Inês, São João do Ivaí, São Sebastião da Amoreira e Wenceslau Braz, em 29/08/80; Francisco Alves, em 16/09/80; e Jacarezinho e Tibagi, em 24/09/80, objetivando

estabelecer normas de co-participação, no sentido da aplicação de recursos em obras ligadas à cultura e ao esporte, de interesse dos municípios signatários.

Art. 2.^o — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 313/77, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que institui normas na elaboração da Proposta Orçamentária do Poder Legislativo, disciplina o montante de verbas destinadas aos Gabinetes; de Representação e estabelece obrigatoriedade de depósito das verbas deste Poder junto ao Banco do Estado do Paraná SA. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com SUBSTITUTIVO GERAL EM REGIME DE URGÊNCIA.—

Ao referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, solicitando, na forma regimental, o adiamento por uma (1) sessão, a discussão e votação do

Projeto de Resolução n.º 313/77.— Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para que conste em ata que Vossa Excelência ao anunciar o requerimento, diz que o nobre Deputado Antônio Facci requeria, na forma regimental, a retirada por uma sessão.

O autor do projeto concorda, porque, atendendo apelo da nobre bancada da Oposição que deseja corrigir uma pequena distorção existente no substitutivo, apresentado na data de hoje, é evidente que eu concordo.

Agora, na forma regimental, não existe possibilidade da retirada da matéria.

Vossa Excelência, se consultar o artigo, se não me engano, 70 do Regimento Interno, vai verificar que não existe na forma regimental, maneira de retirar.

Todavia, concordo, voto favoravelmente, mas quero que fique consignado em ata esta disposição do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Esta Presidência omite a expressão "forma regimental", razão pela qual, estamos solicitando a votação sem a expressão "forma regimental", atendendo disposição do Deputado Erondy Silvério.

Em votação.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, conservem-se como estão.— **Aprovado.**

Conseqüentemente, adiado por uma sessão.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/80, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que denomina de Professora ELZIRA CORREIA DE SÁ, a unidade escolar do 2.^o Grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.I.P., por maioria.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 65/80 (Mens. Govern. n.º 71/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os municípios aqui especificados, objetivando construção de prédios destinados a Delegacia de Polícia, Cadeia Pública e CIRETRAN, nas sedes dos citados municípios.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor MARCOS AUGUSTO ENRIETTI. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60/80, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que visa regulamentar o Serviço de Segurança da Assembléia Legislativa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o — O Serviço de Segurança criado pela Resolução n.º 01/63 e estruturado pela Assembléia através do Decreto Legislativo n.º 187/80, com poderes que lhes foram outorgados pelo art. oitavo, da Lei n.º 7.289, de 27 de dezembro de 1.979, será subordinado administrativamente

à Diretoria Geral.

Art. 2.^o - Integrarão o Serviço de Segurança, funcionários especializados do Quadro de Pessoal da Secretaria, recrutados e designados pela Diretoria Geral.

Art. 3.^o - O Serviço de Segurança terá como Coordenador Geral, um funcionário público civil ativo, de nível superior que tenha certificado de conclusão do Curso de Criminologia da Escola de Polícia do Estado do Paraná.

Art. 4.^o - As normas técnicas de funcionamento serão propostas pelo Coordenador Geral ao Diretor Geral da Assembléia o qual após aprová-las, baixará Portaria estabelecendo as respectivas condições.

Art. 5.^o - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 4 de novembro de 1980.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ,
BASÍLIO ZANUSSO e
LINEU TURRA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60/80

PARECER

O Projeto de Resolução n.º 60/80, de autoria da Comissão Executiva, tem por finalidade regulamentar, conforme específica, o Serviço de Segurança deste Poder, criado pela Resolução n.º 01/63, e dá outras providências.

Analisando-se a matéria no seu aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que nos termos do Regimento Interno, Capítulo VIII, da ORDEM INTERNA - Arts. 118 a 122, o policiamento do edifício do Poder Legislativo e suas dependências, compete privativamente à Comissão Executiva desta Assembléia Legislativa.

Diante desta determinação regimental, é que a Comissão Executiva apresenta a presente proposição regulamentando o Serviço de Segurança, conforme estabelece nos seus 5 artigos.

Legal, Constitucional e Regimental, a matéria em seu bojo não apresenta qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação e aprovação por esta Casa.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1980.

(a) AUGUSTO CARNEIRO,
Presidente e Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60/80

PARECER

A douta Comissão Executiva propõe a regulamentação do Serviço de Segurança, integrante da estrutura administrativa da Casa.

O que se deve louvar na propositura é exatamente o seu art. terceiro, quando estabelece que o Coordenador Geral do Serviço de Segurança há de ser, um especialista em segurança e criminalística.

Atualmente, diante do surto de violência e de atentados terroristas que se registra em nosso meio, deve-se cercar o recinto da Assembléia, uma casa de decisões políticas, de toda a segurança possível.

No mérito, portanto, o projeto merece APROVAÇÃO. O parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1980.

(aa) JOSÉ TAVARES, Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Luczyszyn, ocorrido no Município de Araucária.- Aprovado.- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do décimo sexto aniversário de Emancipação Política de Engenheiro Beltrão.- Aprovado.- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do "DIA DO PASTOR", ocorrido no dia 26 do corrente.- Aprovado.- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Professor WALDYR JANSEN DE MELLO, pelo lançamento da obra História do Brasil.- Aprovado.- Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a designação de um Oficial da Polícia Militar do Paraná, para exercer o Comando Geral da referida Corporação.- Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(Soam os tímpanos).

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

10 Srs. Deputados o aprovam;

2 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral.

PORTARIA N.º 707/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11046, de 20 de novembro de 1980, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para 1.^o a 30 de março de 1981, as férias, concedidas pela Portaria n.º 087/80, à funcionária GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula n.º 262, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Adminis-

tração do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
Gabinete da Diretoria Geral, 26 de novembro de 1980.

(a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 708/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,
no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do
processo protocolado sob o n.º 13044, de 17 de dezembro de
1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do
Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com
nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de
dezembro de 1975 e Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de
outubro de 1979, em favor de FRANCISCO BUBÑIAK, matrí-
cula n.º 367, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do
Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro
de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro
(04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1967, 1968
(15 dias) e 1969 (15 dias), que deixou de gozar.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de novembro de 1.980

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP
DIRETOR GERAL